



[Handwritten signature]
Guia.

**Ata da reunião ordinária n.º 01 de 23 de janeiro de 2015
da Junta de Freguesia da Vila de Capelas**

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, nesta Vila de Capelas e na sala para este fim destinada, reuniu, em sessão ordinária, a Junta de Freguesia de Capelas sob a Presidência de Rui Alexandre Barbosa de Sousa, com os vogais Norberto Manuel Rodrigues da Costa (Secretário) e Carla Alexandra Melo Reis (Tesoureira).

O Senhor Presidente saudou todos os membros do executivo e agradeceu a sua presença na reunião, declarando de seguida aberta a reunião às dezassete horas.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – REGULARIZAÇÃO DO TERRENO DO CAMINHO DAS PIAS (DL N.º 001/2015)

O Senhor Presidente fez saber que o terreno do Caminho das Pias, que já se encontra acessível e que se achava propriedade de Maria da Conceição Arruda Rodrigues Gonçalves, é, na verdade, e de acordo com a certidão de teor obtida, propriedade de Maria Elizabeth Niemann.

Considerado o assunto, e verificando-se todo o interesse na perspicuidade deste, a Junta deliberou realizar contactos com o antigo Presidente deste Executivo, e vigente Presidente da Assembleia de Freguesia, Dr. André Manuel Pereira de Viveiros, a fim de apurar os factos relativos a este assunto.

Mais deliberou a Junta diligenciar outros contactos com cidadãos locais e, se necessário, não locais, que possam prestar informações e esclarecimentos adicionais sobre o assunto.

PONTO 2 – FECHO DO LIVRO DE ATAS DO ANO DE 2014 (DL N.º 002/2015)

A Junta deliberou, por unanimidade, aprovar e proceder ao fecho do Livro de Atas referente ao ano civil de 2014, o qual reúne 18 atas e 131 páginas. Deste Livro constará as seguintes atas:

- Ata n.º 01 – Reunião ordinária de 17 de janeiro de 2014;
- Ata n.º 02 – Reunião ordinária de 21 de fevereiro de 2014;
- Ata n.º 03 – Reunião ordinária de 28 de março de 2014;
- Ata n.º 04 – Reunião ordinária de 23 de abril de 2014;

- Ata n.º 05 – Reunião ordinária de 16 de maio de 2014;
- Ata n.º 06 – Reunião ordinária de 23 de maio de 2014;
- Ata n.º 07 – Reunião ordinária de 04 de junho de 2014;
- Ata n.º 08 – Reunião ordinária de 23 de junho de 2014;
- Ata n.º 09 – Reunião extraordinária de 04 de julho de 2014;
- Ata n.º 10 – Reunião ordinária de 18 de julho de 2014;
- Ata n.º 11 – Reunião extraordinária de 04 de agosto de 2014;
- Ata n.º 12 – Reunião ordinária de 22 de agosto de 2014;
- Ata n.º 13 – Reunião extraordinária de 08 de setembro de 2014;
- Ata n.º 14 – Reunião ordinária de 22 de setembro de 2014;
- Ata n.º 15 – Reunião ordinária de 24 de outubro de 2014;
- Ata n.º 16 – Reunião ordinária de 26 de novembro de 2014;
- Ata n.º 17 – Reunião ordinária de 10 de dezembro de 2014;
- Ata n.º 18 – Reunião ordinária de 27 de dezembro de 2014.

Mais deliberou o executivo encadernar o referido Livro de Atas, disponibilizando-o para consulta sempre que se justifique.

PONTO 3 – ABERTURA DO LIVRO DE ATAS DE 2015 (DL N.º 003/2015)

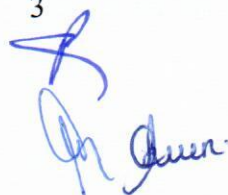
A Junta deliberou, por unanimidade, aprovar e proceder à abertura de um novo Livro de Atas, referente ao ano civil de 2015, constituído por 150 páginas.

PONTO 4 – BALANÇO DO 1.º BANHO DO ANO DE 2015

Pelo Senhor Presidente foi apresentada uma breve reflexão acerca da atividade do 1.º Banho do Ano, e da qual faz um balanço extremamente positivo, contudo, e apesar do sucesso deste 1.º Banho do Ano da Vila de Capelas, o Senhor Presidente considera que se poderá fazer mais e melhor.

Para além do balanço ao evento, o Executivo congratula-se com a Ação Solidária levada a cabo com vista à angariação de fundos para a Cáritas da Vila de Capelas, onde todas as 90 t-shirts alusivas ao evento preparadas para o efeito pela Junta de Freguesia foram vendidas, tendo ficado aquém da procura. O valor recolhido, e a reverter ao Núcleo Paroquial da Cáritas de Capelas, gerou uma receita de 556,45 € para apoiar as famílias carenciadas da nossa terra, valor este que excedeu em muito as expectativas do Executivo.

O Senhor Presidente fez saber ainda que pretende contar com o apoio da Câmara Municipal de Ponta Delgada no sentido de disponibilizarem as instalações sanitárias ali existentes durante o evento de 2016, onde a Junta de Freguesia poderá assegurar a abertura e o fecho daquelas instalações assim como providenciar a limpeza posterior daquele espaço. Já quanto ao nível das condições de segurança do evento, e tendo em conta a maior afluência que se tem vindo a registar todos os anos, poderá vir a ser equacionada a presença dos Bombeiros de Ponta Delgada e/ou de nadadores salvadores, bem como uma aposta numa maior divulgação do evento e com maior antecedência.



Ademais, o Executivo pretende ainda estender o convite às mais diversas entidades, tais como o Governo Regional dos Açores, a Câmara Municipal de Ponta Delgada, assim como a todas as instituições, grupos e forças vivas da Vila de Capelas, solicitando também uma maior cobertura da comunicação social, lamentando-se a chegada tardia ao evento deste ano da equipa de reportagem da RTP-Açores (1 hora depois do início da atividade).

PONTO 5 – OBRAS E TAREFAS EXECUTADAS

Pelo Senhor Secretário foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo o ponto de situação das atividades/trabalhos em curso, dando-se destaque aos pontos a seguir:

- Conclusão da vedação externa ao Parque de Merendas da Rua dos Odres;
- Continuação dos trabalhos no interior do Parque de Merendas da Rua dos Odres, que se refletem na criação de zona de lazer, incluindo área de churrasco e de merendários com proteção apropriada;
- Início dos trabalhos de construção de muro de vedação junto ao talude do terreno do Campo de Futebol;
- Conclusão do muro de vedação do futuro parque temático junto à Rua do Sertão;
- Início dos trabalhos de beneficiação dos muros adjacentes às moradias sitas à Rua do Sertão;
- Início dos trabalhos de construção do muro do futuro circuito de manutenção entre o Sertão (Pedras Negras) e as piscinas naturais dos Poços;
- Plantio de árvores (metrosídero) junto aos merendários do Sertão;
- Conclusão dos trabalhos de plantio de árvores em espaços verdes e públicos da Vila de Capelas;
- Manutenção da limpeza do Caminho do Morro;
- Manutenção da limpeza do Caminho das Pias;
- Manutenção da limpeza da Canada da Pavia;
- Manutenção da limpeza da Canada dos Dezoito;
- Manutenção da limpeza do Caminho das Fontes;
- Manutenção da limpeza da Canada do Monte Alegre;
- Manutenção da limpeza do Trilho das Pias;
- Manutenção da limpeza de todos os arruamentos da Vila;
- Limpeza e reorganização do material depositado no estaleiro da Junta de Freguesia, sito à Rua do Sertão;
- Limpeza do espaço traseiro à Unidade de Saúde de Capelas;
- Correção da calçada em joga na Grotta do Cadima, junto ao antigo Posto Médico, ressalvando-se que o mesmo foi solicitado, por via oficiosa, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, contudo esta autarquia não recebeu resposta à sua solicitação.

O Senhor Presidente manifestou o seu desagrado pelo facto de que, à data desta reunião, a Câmara Municipal de Ponta Delgada ter procedido à pavimentação da baia



de estacionamento e correção do pavimento danificado na Rua dos Odres, sem que a Junta tenha tido qualquer informação ou conhecimento de tal facto.

Regista-se ainda com agrado o início das obras de requalificação no caminho de acesso ao Porto de Pescas pelo Governo Regional dos Açores.

PONTO 6 – CONTRATO DE COMODATO E FIANÇA - FROMAGERIES BEL PORTUGAL, S.A. (DL N.º 004/2015)

O Senhor Presidente apresentou aos restantes membros do executivo o Contrato de Comodato e Fiança diligenciado pela FROMAGERIES BEL Portugal, S.A., para a cedência por tempo indeterminado do posto de leite da Rua Nossa Senhora de Lurdes à Junta de Freguesia de Capelas.

Apreciado e analisado o assunto, a Junta deliberou, por unanimidade, aceitar o contrato de comodato, que será outorgado pelo Senhor Presidente, cuja cópia se anexa à presente ata (ANEXO I).

PONTO 7 – DISTRIBUIÇÕES DE FUNÇÕES DO EXECUTIVO (DL N.º 005/2015)

Sem prejuízo do disposto no art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Junta deliberou, por unanimidade, delegar no seu Presidente as seguintes funções/áreas:

1. Elaboração dos planos e orçamentos (PPI, PPA);
2. Controlo orçamental da receita e despesa;
3. Património;
4. Inventário;
5. Pessoal;
6. Gestão do Cemitério;
7. Ação Social;
8. Saúde;
9. Desporto.

Ao abrigo da distribuição de funções a que se reporta o n.º 2 e n.º 3 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no vogal Secretário ficam distribuídas as seguintes funções/áreas:

1. Aprovisionamento;
2. Ambiente;
3. Gestão de viaturas, equipamentos e ferramentas da autarquia;
4. Segurança e Higiene no Trabalho;



5. Gerir e planear a atividade (semanal) dos recursos humanos ao serviço da freguesia, dando cumprimento às deliberações da Junta de Freguesia e/ou do seu Presidente;
6. A certificação, mediante despacho do Presidente da Junta de Freguesia, dos factos que constem dos arquivos da freguesia e, independentemente de despacho, o conteúdo das atas das reuniões da Junta de Freguesia;
7. Sugerir planos de formação dos trabalhadores dos serviços administrativos e restantes trabalhadores nos diversos âmbitos da sua atuação.

Ao abrigo da distribuição de funções a que se reporta o n.º 2 e n.º 3 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na vogal Tesoureira ficam distribuídas as seguintes funções/áreas:

1. Tesouraria;
2. Contabilidade;
3. Elaborar as atas das reuniões do órgão executivo;
4. Coordenar e zelar pelo rigoroso funcionamento regular do expediente, arquivo e apoio documental;
5. Acompanhar e avaliar o funcionamento dos serviços administrativos e sugerir graus satisfatórios de organização;
6. Educação;
7. Cultura.

PONTO 8 – PEDIDO DE APOIO DA OUVIDORIA DE CAPELAS – AGRUPAMENTOS DA COSTA NORTE DE PONTA DELGADA (DL N.º 006/2015)

Foi presente à apreciação do executivo um pedido de apoio da Ouvidoria de Capelas e Agrupamentos da Costa Norte de Ponta Delgada, em que no fim-de-semana de 31 de janeiro e 01 de fevereiro, quatro Agrupamentos do CNE – Corpo Nacional de Escutas, irão efetuar uma atividade conjunta que envolverá cerca de 200 participantes, com o tema “As Tradições da Costa Norte”. Os Agrupamentos são: 800 – Capelas, 974 – São Vicente, 1138 – Fenais da Luz, e o Agrupamento em Formação da Bretanha.

Apreciado o assunto, a Junta deliberou, por unanimidade, assegurar a compra de produtos alimentares para as refeições no valor de 120,00 € (cento e vinte euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor na RAA, designadamente 10 latas de atum em conserva com valor unitário de 12,00 € (doze euros), no supermercado de João do Rego Pavão (Teatro Novo).

Mais deliberou a Junta dar conhecimento desta decisão à Ouvidoria de Capelas e Agrupamentos da Costa Norte de Ponta Delgada bem como à Chefe Sílvia Lourenço, do Agrupamento 800 – Capelas, uma vez que foi a porta-voz e intermediária desta solicitação.



PONTO 9 – PEDIDO DE APOIO – INETESE (DL N.º 007/2015)

Foi presente à apreciação do órgão executivo um pedido de apoio da Escola Profissional INETESE Açores – Pólo de Ponta Delgada, a qual solicita um apoio monetário para a organização de uma visita de estudo a Lisboa.

Apreciado o assunto, e considerando que no grupo existe um aluno natural e residente na Vila de Capelas, designadamente Pedro Pimentel, morador na Rua do Loural n.º 14, deliberou a Junta, por unanimidade, assegurar o custo da passagem aérea PDL/LIS/PDL do aluno em questão, em classe económica.

Mais deliberou a Junta dar conhecimento deste apoio à Sra. Rosália S. Alemão, Diretora Geral da INETESE Açores e ao aluno Pedro Pimentel.

PONTO 10 – PEDIDO DE APOIO – PALCO DE ILUSÕES (DL N.º 008/2015)

Foi novamente presente à apreciação do órgão executivo um pedido de apoio da produtora “Palco de Ilusões” com um projeto que consiste na criação de um documentário que pretende retratar a relação que o Professor Manuel João Melo estabelece com o espaço que criou e onde trabalha há mais de quinze anos, fazendo preservar o tempo e as tradições.

Reapreciado o assunto, a Junta deliberou, por unanimidade, apoiar o projeto com um valor financeiro de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), uma vez que a produtora supracitada já iniciou a captação de imagens.

PONTO 11 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO N.º 01/2015 (DL N.º 009/2015)

Foi presente à apreciação do órgão executivo um requerimento para a obtenção de licença especial de ruído. Assim, e nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, a Junta deliberou, por unanimidade, autorizar a seguinte licença especial de ruído:

1. Dia 8 de fevereiro, a Manuel António Costa Dias, residente na Rua de Santana n.º 25 - A (Requerimento n.º 01/2015, de 20 de janeiro).

Mais deliberou dar conhecimento desta licença ao Senhor Comandante da esquadra da PSP de Capelas.

PONTO 12 – CONTRATO DE GESTÃO DE APOIO COM A DRH – RUA DOS ODRES N.º 8 (DL N.º 010/2015)

No seguimento do pedido de apoio da cidadã capelense Maria de Lurdes Cabral Pavão de Medeiros Rosa, residente na Rua dos Odres n.º 8 desta Vila, para a aceitação e gerência do contrato de gestão de apoio com a Direção Regional da Habitação para a realização de obras na moradia sita à morada supracitada, no valor



de 8.919,95 € (oito mil, novecentos e dezanove euros e noventa e cinco cêntimos), deliberou a Junta, por unanimidade, aceitar este contrato.

Já foi expedido ofício com a referência n.º 020/2015, no passado dia 21.01.2015, ao Senhor Diretor Regional da Habitação, Dr. Carlos Manuel Redondo Faias, solicitando-se o envio do Relatório Técnico de Obras, mencionado na cláusula 5.ª do referido contrato de gestão, do qual foi dada cópia a esta Junta de Freguesia pela beneficiária em questão.

O presente contrato de gestão de apoio será submetido à ratificação da Assembleia de Freguesia em sessão extraordinária a realizar no próximo mês de fevereiro.

PONTO 13 – CANDIDATURA RECUPERAR 2015 (DL N.º 011/2015)

No âmbito do combate ao desemprego e à exclusão social, a Junta deliberou, por unanimidade, proceder a nova candidatura ao Programa de Emprego RECUPERAR para a colocação de mais 6 (seis) trabalhadores ao serviço da autarquia, em que 4 (quatro) detêm qualificações inferiores ao 9.º ano e 2 (dois) com qualificações equivalentes ao 12.º ano de escolaridade, para desempenhar serviços nas áreas da intervenção da autarquia.

O encargo a assumir pela Junta de Freguesia ao abrigo deste programa será de 125,93 € (cento e vinte e cinco euros e noventa e três cêntimos) por mês para cada trabalhador com habilitações inferiores ao 9.º ano e de 157,42 € (cento e cinquenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos) por mês para cada trabalhador com habilitações equivalentes ao 12.º ano.

A autarquia assume ainda os custos com a celebração de um seguro de acidentes de trabalho para cada trabalhador e ainda com a aquisição de equipamentos de protecção individual, tais como luvas, coletes reflectores, botas de protecção mecânica ou outros que venham a ser necessário no desempenho das suas tarefas.

PONTO 14 – PRORROGAÇÃO DO PROJETO RECUPERAR N.º 590/2014 (DL N.º 012/2015)

Foi objeto de análise do órgão executivo a prorrogação dos acordos de atividade ocupacional ao abrigo do programa RECUPERAR, projeto n.º 590/2014, com os ocupados Luís Carlos Farias Melo Medeiros, Paula Isabel Batista Melo Soares e Vítor Manuel Chaves Câmara.

Tendo em consideração a prestação positiva destes três ocupados e à contínua necessidade desta autarquia neste tipo de mão-de-obra, a Junta deliberou, por unanimidade, prorrogar os acordos de atividade ocupacional por um prazo de doze (doze) meses, com efeitos a partir de 01/05/2015 e conclusão a 30/04/2016, aplicando-se as obrigações que decorrem do art.º 10.º-A da Resolução do Conselho do Governo n.º 120/2013, de 18 de dezembro.

Mais deliberou a Junta comunicar esta decisão aos três ocupados e designar o Senhor Presidente para outorgar as respetivas adendas.

PONTO 15 – ABERTURA DE CONCURSO PARA AQUISIÇÃO DE ANDAIMES, REBARBADORA PEQUENA, MÉDIA E BERBEQUIM MARTELO (DL N.º 013/2015)

Considerando que esta necessidade só pode ser suprimida com a abertura de um procedimento de consulta a fornecedores da especialidade, a Junta deliberou, por unanimidade, autorizar a realização de uma consulta de preços para a aquisição destes equipamentos às empresas Rego Oliveira e Lima, Lda. e CYMBRON – Sociedade Unipessoal, Lda..

PONTO 16 – PROPOSTA E APROVAÇÃO DE PLACA INFORMATIVA PARA O CEMITÉRIO (DL N.º 014/2015)

Como forma de prevenção para que as pessoas não executem quaisquer trabalhos sem o conhecimento ou consentimento da Junta de Freguesia, o que tem ocorrido nomeadamente ao fim de semana, pelo Senhor Presidente foi proposta a colocação de uma placa informativa nos termos do art.º 57, alínea b), do Regulamento do Cemitério em vigor, alertando-se para o seguinte aviso: *“É proibida a entrada neste Cemitério acompanhado de quaisquer animais, exceto cães-guias.”*



Apreciado o assunto, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de três placas em PVC, com as dimensões 300 mm x 300 mm x 30 mm, em pontos estratégicos do Cemitério (junto ao portão de entrada e no edifício de apoio à ermida).

Mais deliberou a Junta promover uma consulta junto de empresas da especialidade com vista ao fornecimento destas placas, Accional – Acções, Promoções e Representação, Lda. e Publisoma – Soluções Gráficas, Lda..

PONTO 17 – REVISÃO DE MODELOS DE REQUERIMENTOS (DL N.º 015/2015)

Pelo Senhor Presidente foi proposto a revisão dos modelos de requerimento para o Cemitério e modelo de requerimento para obtenção de Licença Especial de Ruído.



Apreciado o assunto, a Junta, após análise e discussão das versões preliminares dos supracitados modelos/minutas, deliberou, por unanimidade, incumbir a Senhora Tesoureira de efetuar a supervisão e revisão final das mesmas para aprovação em próxima reunião do executivo.

PONTO 18 – SEGURO DE TRANSPORTE DE TRABALHADORES (DL N.º 016/2015)

Considerando que esta autarquia efetua o transporte regular dos seus funcionários e ocupados em viatura própria e verificada a inexistência de um seguro adequado para o efeito, a Junta deliberou, por unanimidade, anular o seguro da viatura 36-14-ZE contratado na empresa Tranquilidade, suprimindo-se assim a necessidade de um seguro que abranja os trabalhadores, e contratar um novo seguro junto da empresa Zurich, no valor de 186,67 € (cento e oitenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos) com IVA incluído à taxa legal em vigor na RAA, e que já inclui o seguro de transporte dos trabalhadores.

PONTO 19 – APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA REPARAÇÃO DA VIATURA 36-14-ZE (DL N.º 017/2015)

Foi presente à apreciação do órgão executivo o orçamento n.º 1-53100053 da empresa Auto Lima com vista à reparação da viatura 36-14-ZE. Apreciado o assunto, a Junta deliberou, por unanimidade, autorizar a adjudicação desta prestação de serviços àquela empresa, pelo valor de 750,77 € (setecentos e cinquenta euros e setenta e sete cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor na RAA.

PONTO 20 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARPINTARIA – BANDA UNIÃO DOS AMIGOS (DL N.º 018/2015)

Na sequência do orçamento n.º SJC/462 apresentado pela empresa Irmãos R. Costa, Lda. para a construção de um estrado de madeira para a Banda União dos Amigos, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a adjudicação desta prestação de serviços àquela empresa pelo valor de 295,00 € (duzentos e noventa e cinco euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA.

PONTO 21 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHARIA – ESTRUTURAS METÁLICAS PARA PLACAS PVC (DL N.º 019/2015)

Na sequência do orçamento n.º 1-53100030 apresentado pela empresa Serralharia Espanhol para o fabrico de cinco estruturas metálicas para suporte das placas em PVC, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a adjudicação desta prestação de serviços àquela empresa pelo valor de 195,00 € (cento e noventa e cinco euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA.



PONTO 22 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHARIA – ARGOLAS PARA O PORTO DE PESCAS (DL N.º 020/2015)

Na sequência do orçamento n.º 1-53100030 apresentado pela empresa Serralharia Espanhol para o fabrico e instalação de argolas metálicas para o Porto de Pescas, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a adjudicação desta prestação de serviços àquela empresa pelo valor de 145,00 € (cento e quarenta e cinco euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA.

PONTO 23 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHARIA – AUMENTO DE CASTALHOS PARA MOLDES DE CAPEAMENTO DE MUROS DE PEDRA (DL N.º 021/2015)

Na sequência do orçamento n.º 1-53100030 apresentado pela empresa Serralharia Espanhol para a execução do aumento dos castalhos para os moldes de capeamento de muros de pedra, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a adjudicação desta prestação de serviços àquela empresa pelo valor de 143,00 € (cento e quarenta e três euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA.

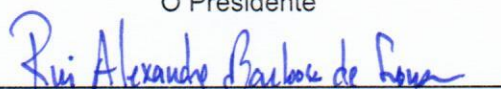
PONTO 24 – PLACA INFORMATIVA PARA O CAMPO DE FUTEBOL (DL N.º 022/2015)

Pelo Senhor Presidente foi proposta a colocação de placas informativas no Campo de Futebol desta Vila, alertando-se para o seguinte: *“AVISO IMPORTANTE: A Junta de Freguesia de Capelas informa que não se responsabiliza por roupas, equipamentos e outros objetos pessoais deixados no interior destas instalações desportivas. Gratos pela compreensão.”*

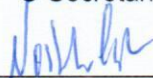
Apreciado o assunto, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de cinco placas, com as dimensões de 297 mm de largura e 210 mm de altura, em locais estratégicos das instalações do Campo de Jogos desta Vila.

Não havendo outros assuntos agendados e a tratar, e sendo vinte horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, e para constar, lavrou-se a presente ata nos termos do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que por mim, Norberto Manuel Rodrigues da Costa, foi secretariada e que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros deste Executivo.

O Presidente

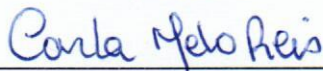

(Rui Alexandre Barbosa de Sousa)

O Secretário



(Norberto Manuel Rodrigues da Costa)

A Tesoureira



(Carla Alexandra Melo Reis)




ANEXO I

CONTRATO DE COMODATO E FIANÇA - FROMAGERIES BEL PORTUGAL, S.A.

**CONTRATO DE COMODATO
E FIANÇA**

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: José Miguel de Melo Brandão, casado, natural da Freguesia de S. Sebastião, Setúbal, residente em Valgalhardo, Macieira de Cambra, em Vale de Cambra e Eduardo Jorge Mota Vasconcelos, casado, natural da freguesia de São Pedro, concelho de Ponta Delgada, residente na Rua Padre José Machado Barcelos, 3, em Vila Faia- Livramento, ambos na qualidade de procuradores com poderes e em representação da sociedade anónima sob a firma **"FROMAGERIES BEL PORTUGAL, S.A."**, com sede na Estrada Regional, Matriz, cidade da Ribeira Grande, Ilha de São Miguel, Açores com o capital social de 12.000.000 €, com o número único de pessoa colectiva e matricula na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande, n.º 503 130 630; -----

SEGUNDO OUTORGANTE: Rui Alexandre Barbosa de Sousa, portador do cartão de cidadão n.º 11333302 1ZY1, com validade até 04/03/2018, residente no Beco de Santana, n.º 5, 9545-103 Capelas, Ponta Delgada, na qualidade de Presidente de Junta, *que outorga em nome da Junta de Freguesia de Capelas*, com sede em Rua Nossa Senhora da Apresentação, n.º 3, freguesia de Capelas, concelho de Ponta Delgada e com o número de identificação fiscal n.º 512023271. *Celebram entre si o presente contrato de comodato que se rege pelas seguintes cláusulas:* -----

PRIMEIRA

Pelo presente contrato a representada do primeiro outorgante, nesta data, gratuitamente, entrega à representada do segundo outorgante, para que dele se sirva, a título de comodato, o prédio urbano sito no lugar de Rua Nossa Senhora de Lurdes, freguesia de Capelas, concelho de Ponta Delgada, inscrito na matriz predial urbana da dita freguesia sob o n.º 997, constituído por prédio urbano de um piso, destinado a recepção de leite. -

SEGUNDA

O segundo outorgante obriga-se a restituir à representada do primeiro o prédio objecto do presente contrato quando esta o exigir, com pré-aviso de noventa dias. -----

TERCEIRA

São da exclusiva responsabilidade da representada do segundo outorgante, todas as despesas com instalação e consumos de água, electricidade, gás, telefone ou outros serviços que aí forem consumidos durante a vigência do presente contrato. -----



QUARTA

A representada do primeiro outorgante, autoriza desde já o segundo, a efetuar todas e quaisquer obras de **manutenção e conservação** do referido prédio, desde que, quando tal for exigido, devida e previamente licenciadas pelas autoridades competentes, obrigando-se a representada do segundo outorgante a realizar no dito prédio todas as obras de manutenção do mesmo, enquanto durar o presente contrato. -----

QUINTA

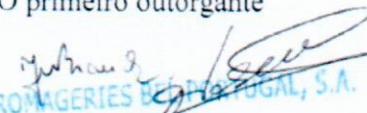

Todas as obras que o segundo outorgante venha a realizar no prédio objecto do presente contrato e que, findo o presente comodato, não possam ser retiradas sem detrimento do prédio, ficarão a pertencer a este, sem que por elas possa a representada do segundo outorgante exigir qualquer indemnização ou invocar direito de retenção. -----

SEXTA

Se, notificado o segundo outorgante pela representada do primeiro, intimando-a a entregar o mencionado prédio no prazo de noventa dias, e esta não o fizer, ficará obrigada a pagar-lhe a quantia de 100,00 € (cem euros) por cada dia de atraso, ficando o segundo outorgante pessoalmente e solidariamente obrigado ao pagamento dessa quantia diária, para o que se constitui fiador e principal pagador de toda e qualquer quantia que a sua representada deva à representada do primeiro outorgante. -----
O presente contrato corresponde a real vontade dos outorgantes, é feito em duplicado, vai ser devidamente assinado ficando um exemplar para o primeiro outorgante e outro para o segundo outorgante. -----

Ribeira Grande, 28 de Novembro de 2014

O primeiro outorgante

O segundo outorgante